

**TRIBUNA DA  
CIDADE**

**AROLDO SATAKE**

**Educação anda  
junto à Saúde**

Estamos na década de 90 e o que se vê, apesar das leis existentes, é a qualidade do ensino cada vez mais sendo depreciada. A nossa Constituição, no seu artigo 212, prescreve: "A União aplicará, anualmente, nunca menos que dezoito, e os estados e municípios e o Distrito Federal vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino". Apesar disto, o que se vê é o não cumprimento pelos estados e municípios do que foi estabelecido pelo legislador.

Não se investe na educação sequer esse mínimo, que, indiscutivelmente, ainda é um percentual muito baixo para um País de cerca de vinte milhões de analfabetos. Assim sendo, não se pode esperar que o Brasil tenha um desenvolvimento capaz de garantir justa distribuição de riquezas.

O que se deve buscar fundamentalmente é a elevação das condições sociais da população, o que é essencial para o desenvolvimento das economias modernas. Não se pode pretender um desenvolvimento econômico em um País que tem um sistema educacional subdesenvolvido, abaixo dos países da própria América Latina. Os trabalhadores brasileiros detêm uma das menores taxas de escolaridade do mundo, semelhantes às de muito países africanos e inferiores às de quase toda a América Latina.

No âmbito do primeiro grau, de cada cem crianças, dezoito não estão freqüentando a escola obrigatória, na faixa de 7 a 14 anos. Isso significa que dos 28,5 milhões de crianças nesse grupo, cinco milhões estão fora da escola.

De cada cem alunos que ingressam na 1ª série, apenas 16 chegam à 8ª série. Há uma perda de 84 crianças em cada cem, ao longo dos oito anos do ensino fundamental, o que denota



"Não se pode pretender um desenvolvimento econômico em um País que tem um sistema educacional subdesenvolvido"

uma ineficiência a estarrecedora. A cada dia se reduz mais o número de fortes, de economicamente ricos e aumenta de forma desastrosa, desumana, o contingente de

pobres, de desesperados, tudo isso porque não queremos ver que a educação e a saúde têm um grande significado para o desenvolvimento global da criança, para estruturação do pensamento, para a aprendizagem. Também não queremos reconhecer que os recursos aplicados na educação e na saúde têm o significado autêntico de investimento. Trata-se de investimento social de alta taxa de retorno, porque funciona como política preventiva e promocional.

Não temos o direito sequer em pensar em desenvolvimento econômico e social se este desenvolvimento não estiver embasado num sistema casado de educação e saúde que proporcione aos estudantes, especialmente aos desassistidos e marginalizados, melhores condições de vida.

Com este pensamento, apresentamos projeto de lei dispondo sobre a assistência médica e odontológica nas escolas da rede pública do Distrito Federal com o objetivo de melhorar o nível das condições sociais; processar a distribuição da riqueza quando se atinge os mais necessitados; contribuir no aumento do tempo de permanência da criança na escola; melhorar o nível da saúde e da educação; descongestionar os hospitais públicos; diminuir a evasão escolar; aumentar o nível de emprego; etc.

O nosso projeto já tem parecer favorável nas comissões permanentes da Câmara e vamos pedir urgência na sua votação em plenário para que o Executivo possa promover a sua regulamentação ainda neste ano. Haveremos de iniciar 94 com uma nova escola no Distrito Federal, com uma educação com saúde.

■ **Aroldo Satake é deputado distrital pelo PP**